

Prof. Daniel Pereira

## QUESTÕES FUNDAMENTAIS

- Diferencie Estado e Governo.
- Repúblicas são sempre democráticas?
- Quais as funções dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário)?
- Como se relacionam os poderes políticos e os poderes econômicos?
- O que é Soft Power?
- O que são sanções e quais as polêmicas sobre sua aplicação?
- Diferencie povo e etnia.
- O que é xenofobia?
- Diferencie autonomia e independência.

## Conceitos básicos em política

Abaixo serão apresentados diversos conceitos de maneira esquemática, com o objetivo de familiarizar os alunos e alunas com uma visão geral de temas essenciais para o curso. Alguns conceitos serão aprofundados em outras aulas, conforme necessário e conforme a profundidade exigida em vestibulares e concursos.

### 1. Estado e Governo

<b>Estado</b>	Estrutura que organiza e administra uma sociedade.  O Estado é composto de poderes políticos, instituições, cargos e códigos jurídicos, como a Constituição, por exemplo. As funções dos cargos e os códigos podem ser mudados, mas em geral transcendem o governo, duram vários governos.
<b>Governo</b>	Grupo ou grupos políticos que ocupam e administram o Estado dentro da estrutura jurídica em vigor.  O governo pode também alterar esta mesma estrutura através de reformas nas regras e leis.

**Exemplo:** uma universidade pública federal ou estadual pertence ao Estado brasileiro e não ao governo, não é desativada simplesmente por conta de uma troca de poder na presidência da república ou governo do estado, seus professores não são demitidos sempre que há troca de governo, mas a chegada de um novo governo ao poder pode alterar a maneira como a universidade funciona.

Vale o mesmo para a saúde pública: existe uma estrutura fixa de saúde (hospitais, postos de saúde, etc.) que pertence ao Estado independente de quem sejam os governantes e demais funcionários da administração. As ações dos

governantes (através da nomeação de ministros e secretários) podem aos poucos mudar a maneira como a saúde funciona, por exemplo revendo regras, definindo estratégias de vacinação

## 2. Monarquias e Repúblicas

Historicamente (na antiguidade e até o período moderno), uma distinção fundamental entre monarquias e repúblicas era o Estado estar a serviço do governante e sua família (monarquia) ou o Estado estar a serviço da população ou parte dela, através de algum critério de escolha (república). Com o avanço do tempo e o surgimento, por exemplo, de monarquias parlamentares (com limites à vontade dos soberanos) e ditaduras militares (repúblicas a serviço de grupos específicos), essa distinção ficou mais difícil na prática. Além disso, há repúblicas autoritárias, como a Síria e a Coreia do Norte, em que o poder permanece na mesma família. Como em outros casos, o mundo real apresenta nuances e variações que nem sempre cabem perfeitamente nas definições mais fechadas. O esquema abaixo se aplica à maioria dos países que estudaremos.

<b>Monarquia</b>	Sistema em que o poder é transferido de forma fechada, definida, em geral hereditária, sanguínea lateral ou pautada em algum tipo de privilégio.
<b>Monarquia autoritária</b>	Monarca detém todo o poder ou mecanismos de controle tão fortes que sua vontade é soberana ou decisiva. <b>Arábia Saudita</b> é um exemplo.
<b>Monarquia parlamentar ou constitucional</b>	Monarca divide o poder com um/a primeiro/a ministro/a.  Monarca em geral desempenha a função de chefe de Estado ao passo que o/a primeiro/a ministro/a chefia a equipe de governo e toma as decisões práticas. Cada monarquia manteve certas prerrogativas para seus reis e rainhas, é necessário analisar caso a caso. Exemplos: <b>Reino Unido, Suécia, Bélgica, Holanda e Espanha</b> .  Monarquias, portanto, podem ser democráticas, desde que haja eleições democráticas para o Parlamento que escolhe o/a primeiro/a ministro/a.
<b>República</b>	Sistema em que o governo ou governante é escolhido por parte da população ao invés de receber o poder de forma

	<p>hereditária, sanguínea ou pautada nos critérios vistos nas monarquias.</p> <p><b>ATENÇÃO: repúblicas nem sempre são democracias</b> pois a parte da população que escolhe o governante pode ser um grupo pequeno (gênero ou etnia, por exemplo) que não representa a todos, como na “república velha”.</p>
<b>República presidencialista</b>	<p>Chefe de Estado e chefe de governo são uma só pessoa, não há divisão de poder <b>Brasil e EUA</b> são exemplos.</p>
<b>República parlamentarista</b>	<p>O poder se divide entre presidente e primeiro/a ministro/a.</p> <p>Cada país que adota esse sistema distribui o poder entre os dois cargos de forma distinta, mas o poder maior é do/a primeiro/a ministro/a.</p> <p>Em geral, a presidência é eleita pela população de forma direta, enquanto o cargo de primeiro/a ministro/a é definido a partir do partido ou aliança de partidos com mais força no legislativo/parlamento.</p> <p><b>Alemanha</b> é um exemplo.</p>
<b>República semipresidencialista</b>	<p>Sistema em que cabe a quem ocupa a presidência escolher quem será primeiro/a ministro/a. <b>Rússia e França.</b></p>

### Chefe de Estado e chefe de governo

<b>Chefe de Estado</b>	<p>Representante público e simbólico de um Estado. Poderes são amplos ou limitados dependendo de cada país.</p>
<b>Chefe de Governo</b>	<p>Exerce o poder executivo, nomeia ministros e define as linhas gerais das políticas públicas.</p>
<b>Monarquia autoritária</b>	<p>Monarca em geral é chefe de Estado e de Governo.</p>
<b>Monarquia parlamentar</b>	<p>Monarca é chefe de Estado, Primeiro/a Ministro/o é chefe de Governo.</p>

<b>República presidencialista</b>	<p>Presidente chefia Estado e Governo.</p>
<b>República parlamentar</b>	<p>Presidente chefia Estado, Primeiro/a Ministro/o chefia Governo.</p>
<b>República semipresidencialista</b>	<p>Distribuição de poder varia em cada país.</p>

### 3. Divisão de poderes: executivo, legislativo e judiciário

A maioria dos países do mundo hoje adota (ao menos formalmente) a divisão de poderes baseada em pensadores como **John Locke** e **Montesquieu** (entre outros) e cujo objetivo original era combater o autoritarismo e o absolutismo.

<b>Executivo</b>	<p>Organiza o governo e define as linhas gerais a seguir.</p> <p>Ocupantes de presidência, governo estadual e governo municipal se encaixam nesta categoria. Monarcas em sistemas autoritários também.</p>
<b>Legislativo</b>	<p>Cria, define ou autoriza implantação de leis. Em diversos países aprova indicações de embaixadores e juizes das cortes superiores, aprova orçamento público fiscaliza e pune o executivo (impeachment), entre outras funções.</p> <p>Projetos de lei podem ser propostos por outros poderes, cidadãos e associações civis, mas só se tornam lei após aprovação do legislativo.</p>
<b>Judiciário</b>	<p>Responsável por fazer cumprir a lei e tomar decisões quanto a questões polêmicas no âmbito jurídico ou que possam violar a Constituição. Poder técnico, mesmo em democracias não é eleito.</p>

**ATENÇÃO: a presença da divisão de poderes não indica necessariamente a existência de um sistema democrático.**

Governos autoritários podem apresentar a divisão de poderes, mas tal divisão ocorre de uma forma em que quem governa (monarca/ditador) detêm poder sobre a escolha de quem ocupará os cargos-chave dos outros poderes. Um rei autoritário ou um ditador podem, por exemplo, escolher os

membros do parlamento e do judiciário. Externamente há uma aparência de divisão de poderes, mas na prática todos dependem da vontade do governante. Em democracias os poderes são independentes e apoiam-se em regras criadas para manter esta independência.

Em democracias, o **poder executivo** governa, mas não define as regras (leis), exceto em casos excepcionais (ver a lei de cada país). Leis são definidas pelo poder legislativo.

#### 4. Economia, opinião pública e impactos na política

<p><b>Impostos e regras</b></p>	<p>Estados/governos vivem de impostos. Quem define os impostos é o governo, quem paga é a população ou as empresas.</p> <p>Quanto maior o consumo, a produção ou a exportação, circulação de mercadorias ou comércio, maior a arrecadação de impostos, mais recursos tem o Estado.</p> <p>Medidas tomadas pelos governos podem facilitar ou dificultar o consumo, a produção e o comércio.</p> <p>Setores produtivos (indústria, agronegócio etc.) podem ser afetados pelas medidas tomadas pelo governo.</p>
<p><b>Financiamento de campanhas e retorno aos financiadores e eleitores</b></p> <p><b>Doadores Financiadores</b></p> <p><b>Mídia</b></p>	<p>Para chegar ao poder os candidatos precisam fazer campanha, que custa caro. Quanto maior/melhor a campanha, maior a visibilidade do candidato e a chance de vencer.</p> <p><b>Empresas e pessoas doam dinheiro para as campanhas dos poderes Executivo e Legislativo.</b></p> <p><b>Mídia é parte essencial das campanhas.</b> Pode atacar ou apoiar os candidatos antes e depois da eleição, com forte impacto sobre a opinião pública. A mídia também é, em grande parte, formada por grandes empresas, muitas delas doadoras de campanha.</p>

<p><b>Retorno aos doadores</b></p> <p><b>Eleitores</b></p>	<p>Quando o candidato se elege, os <b>doadores esperam receber a compensação pelas doações</b> na forma de leis e contratos que os beneficiem. Pode ocorrer, por exemplo, de um grupo empresarial ou setor da economia que doou dinheiro para o vencedor ser beneficiado por ações desse governo, seja em termos de medidas como redução de impostos para um certo setor, seja através de acordos internacionais, seja através do perdão de dívidas, apenas para citar exemplos.</p> <p><b>O eleitor também espera ter seus anseios atendidos.</b> Sem financiamento e sem eleitores, os candidatos não se elegem. O candidato eleito, portanto, sofre pressões de diversas origens e intensidades distintas.</p> <p>Cada eleitor tem sua visão de mundo e seus valores (incluindo religião) e isso afeta a forma como cada pessoa vota. O eleitor não vai às urnas pensando apenas em economia, o voto muitas vezes não segue uma lógica racional, fria.</p>
<p><b>Governabilidade, base aliada e bancadas</b></p>	<p>Se o grupo que chega ao Executivo não conquistar o número suficiente ou majoritário de assentos no Legislativo, é necessário buscar o apoio de outros partidos (<b>base aliada</b>) para aprovar leis e projetos.</p> <p>Começa então a troca de favores entre partidos ou entre <b>bancadas</b> (políticos de vários partidos, que defendem um mesmo setor ou interesse).</p> <p>Por exemplo, a bancada do setor automobilístico pode votar a favor de um projeto da bancada da construção civil, em troca do apoio dessa bancada da construção em outra votação que seja do interesse do setor automobilístico.</p>

	Sem votos suficientes, não há governabilidade, os projetos do governo não são realizados.
--	---

**Atenção: o destaque dado ao setor econômico se deve ao fato que esse setor cobra enfaticamente os benefícios prometidos ou acordados com o candidato, além de fazer as maiores doações,** o que nem sempre acontece com os eleitores comuns.

Um eleitorado consciente e que acompanhe os candidatos eleitos pode afetar a forma como os políticos atuam. Este reforço, ou cobrança, pode não ser igual à pressão que vem das empresas e do setor econômico.

### 5. Organização política do Brasil, panorama.

O Brasil é uma república federativa presidencialista, composto por 5570 entidades com poderes de municípios (5568 prefeituras, ver adiante), 26 estados e o Distrito Federal (DF).

São três as instâncias de governo: municipal, estadual, federal.

O DF e Fernando de Noronha são exceções, não tem prefeituras. O DF tem um governo distrital, Fernando de Noronha tem um administrador local nomeado diretamente pelo governo de Pernambuco.

Cada **município** tem um/a prefeito/a (poder executivo) e um certo número de vereadores/as (poder legislativo, Câmara de Vereadores) proporcional à sua população, que podem ser eleitos com base em propostas amplas ou para defender os interesses de uma certa região da cidade.

Cada **estado** ou unidade da federação (UF) tem um governador/a (poder executivo) e deputados/as estaduais (Câmara dos Deputados ou Assembleia Legislativa Estadual). Cada estado possui uma Constituição Estadual. Essas leis não podem ir contra o que está previsto na **Constituição Federal**.

No plano **federal** (nacional) temos um arranjo um pouco diferente. No poder executivo temos apenas uma pessoa, mas no caso do legislativo há diversos representantes e uma divisão em duas câmaras ou casas: **Câmara dos Deputados** (federal) e **Senado Federal**. Para se referir às duas casas em conjunto, usa-se o termo **Congresso**. Os detalhes sobre o que cada casa pode ou não fazer encontram-se na Constituição Federal de 1988 (artigos 51 e 52).

Esta divisão se dá com o objetivo de manter um certo equilíbrio.

<b>Deputados/as federais</b>	A quantidade é proporcional à população de cada estado, o que
------------------------------	---

	faz com que estados mais populosos tenham mais representação. Defendem seus estados de origem e também seus grupos de apoio. Deputados/as de diversos estados podem, por exemplo, defender um mesmo setor, como o automobilístico. São as chamadas <b>bancadas</b> .
<b>Senadores/as</b>	Número fixo de 3 (três) por estado, mantendo assim um certo equilíbrio para que os estados mais populosos não dominem completamente o poder legislativo federal.  Qualquer processo legislativo deve passar pelas duas casas para ser julgado, confirmado, autorizado.

**Tabela com o número de deputados/as federais por estado**

Unidade da Federação	Deputados	Unidade da Federação	Deputados
Acre	8	Paraíba	10
Alagoas	8	Paraná	29
Amazonas	9	Pernambuco	24
Amapá	8	Piauí	8
Bahia	39	Rio de Janeiro	45
Ceará	24	Rio Grande do Norte	8
Distrito Federal	8	Rio Grande do Sul	30
Espírito Santo	9	Rondônia	8
Goiás	17	Roraima	8
Maranhão	18	Santa Catarina	17
Minas Gerais	55	Sergipe	8
Mato Grosso do Sul	8	São Paulo	70
Mato Grosso	8	Tocantins	8
Pará	21	Total	513

**Mandatos de 4 anos, exceto o Senado.** No legislativo é possível a reeleição indeterminada, no executivo apenas uma reeleição é possível. Os mandatos no Senado são de 8 anos, mesmo assim há eleições a cada 4 anos: em uma eleição se renova 2/3 do Senado, em outra 1/3.

Por fim, no executivo federal temos a seguinte ordem de sucessão de poder: presidente, vice-presidente, presidente da câmara de deputados, presidente do senado, presidente do STF (supremo tribunal federal).

### 6. Populismo

O termo **“populismo”** tem diversos significados e seu uso em prova depende do contexto. Em História, o termo costuma ser aplicado a governos da América Latina que buscavam manipular a população (em especial mais pobre) através de concessões e programas de ajuda ou novas leis que protegiam essas camadas, governos como Getúlio Vargas ou

Juan Domingos Perón. O sentido utilizado na mídia atual e nas questões de atualidades é outro.

<b>Definição atual</b>	<p>Prática através da qual um político identifica o interesse de um certo setor do eleitorado e promete responder a este anseio. Quando não é possível responder, em geral culpa-se “o sistema”, outros partidos ou qualquer outro “opponente”. Não conseguir responder ao anseio pode ser uma forma de se manter na luta “pela causa”, prometendo continuar tentando e, para isso, apelando à necessidade de continuar sendo eleito.</p> <p>Mecanismo no qual o líder busca uma ligação direta com a população, muitas vezes passando por fora (ou por cima) das regras e instituições.</p> <p>O populismo existe em todos os campos da política.</p>
------------------------	--

## 7. Realpolitik: o pragmatismo nem sempre condiz com o discurso

Por razões pragmáticas, as ações práticas dos governos frequentemente violam os discursos e valores defendidos em campanhas e plataformas ideológicas dos diversos governos.

Um governo democrático pode criticar uma ditadura e ser aliado de outra, dois países podem ser concorrentes e parceiros ao mesmo tempo, destacando a concorrência para fazer discurso nacionalista e angariar votos.

O governos da Venezuela e dos EUA criticam um ao outro, com os EUA sendo colocados como imperialistas e a Venezuela como uma ditadura. A Venezuela vive uma crise econômica grave e precisa de parceiros comerciais. Os EUA buscam reduzir sua dependência energética em relação ao Oriente Médio e, mais recentemente, à Rússia. Em 2022, apesar de todas as críticas e todos os discursos inflamados, EUA e Venezuela voltaram a ter relações comerciais: a Venezuela precisa do dinheiro, os EUA precisam do petróleo.

## 8. Soft Power e Hard Power

O **Soft Power** é uma ferramenta de política. Em resumo, **é a capacidade de influenciar ou atrair pessoas e países de forma pacífica, sem nenhum uso de força. Não é sinônimo de hegemonia**, já que a hegemonia pode ser pautada na força também, **mas pode ser um componente da hegemonia de**

**um Estado**. Resulta em ganhos políticos e econômicos. Cada país exerce seu Soft Power de uma forma distinta, de acordo com suas características e ferramentas.

**Hard Power** são medidas como sanções econômicas e ameaças militares.

<b>Soft Power</b>	Influência ou atração através de valores, ideologia, cultura incluindo indústria cultural).
<b>Exemplos</b>	<p>Cinema e séries dos EUA, como veículo para valores políticos e sociais, estímulo ao turismo e ao comércio.</p> <p>Futebol e samba para o Brasil, gerando turismo e interesse pelo país.</p> <p>Mangás e K-Pop para o Japão e a Coreia do Sul.</p> <p>Empréstimos e diversas formas de parcerias e investimentos da China em relação a outros países.</p>
<b>Hard Power</b>	Sanções econômicas, força militar, pressões diplomáticas.

## 9. Sanções

Ferramenta mais comum de política internacional, no campo do Hard Power.

<b>Definição</b>	Punições a um determinado Estado, organização ou conjunto de Estados por parte de outros Estados ou organizações.
<b>Objetivos</b>	<p>Forçar uma mudança política no Estado que é alvo das ações, seja através do impacto das sanções, seja através de criar uma situação interna que gere pressão da população sobre o governo.</p> <p>Bloqueios comerciais, proibição de acesso a mercados ou produtos.</p>
<b>Polêmicas</b>	Sanções podem prejudicar a população do Estado-alvo sem que haja o resultado desejado, em especial no caso de Estados autoritários.

	Sanções podem se tornar ferramenta de propaganda do governo sancionado, gerando apoio popular ao governo, culpando as próprias sanções pelos problemas da população.
<b>Exemplos</b>	<b>Bloqueio dos EUA a Cuba e sanções ocidentais contra a Rússia.</b>

## 10. Povo, etnia e tribo

Estudaremos muitos conflitos e questões em que as diferenças culturais são um fator importante. É comum a confusão entre povo, etnia e tribo.

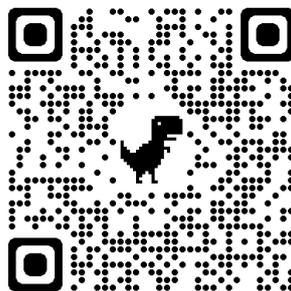
<b>Povo</b>	Termo genérico e impreciso. Podemos falar de um povo como pessoas que tem a mesma origem genética e cultural, mas também podemos falar do “povo brasileiro” como o conjunto de pessoas que vivem no Brasil, descendentes de diversos grupos sem qualquer característica comum.
<b>Etnia</b>	Grupo de pessoas que tem uma mesma origem cultural e genética. Ou seja, pessoas que em geral dividem um mesmo idioma, costumes sociais, tradições e também uma carga genética que lhes dá traços físicos mais ou menos comuns.
<b>Etnia e xenofobia</b>	Veremos mais adiante que a <b>xenofobia</b> (o ódio ou aversão a estrangeiros) costuma ter uma forte carga de preconceito étnico. Uma pessoa pode ser nascida em um determinado país, mas se a sua origem étnica for diferente daquela da maioria, pode ser alvo de preconceito tanto quanto se fosse nascida em outro país.
<b>Tribo</b>	Subdivisões dentro de etnias. Sistema formado por famílias interligadas, que forma uma aliança através de casamentos e interesses comuns.  É possível haver conflitos entre tribos que pertencem a uma mesma etnia.

## 11. Autonomia

<b>Contexto, origem</b>	Diversos países são multiculturais (religião, etnia etc.), resultado de eventos tais como a conquista de um grupo sobre outro. Quando o grupo dominante impõe suas regras sobre o(s) dominado(s) pode haver conflitos internos e/ou separatismo
<b>Solução</b>	Conceder à região distinta um grau maior de liberdade. Cada país faz isso à sua maneira. Pode ser a liberdade de falar própria língua (desde que a língua oficial do país também seja falada), de exercer a própria religião, de comemorar os feriados culturais e históricos, de ter a própria polícia, leis locais, administração local do sistema público de ensino, saúde ou qualquer outra medida nesse sentido.
<b>Atenção</b>	<b>Autonomia não é sinônimo de independência.</b> Região autônoma tem um grau maior de liberdade interna, ou seja, em relação ao governo central, mas <b>continua sendo parte do país. Defesa e política externa são dependentes do governo central.</b>

### COMPLEMENTO

Reportagem da DW, emissora alemã, a respeito de xenofobia pautada em diferenças étnicas, culturais e religiosas.



## QUESTÕES

1. (Enem 2016)

### Texto I

Mais de 50 mil refugiados entraram no território húngaro apenas no primeiro semestre de 2015. Budapeste lançou os “trabalhos preparatórios” para a construção de um muro de quatro metros de altura e 175km ao longo de sua fronteira com a Sérvia, informou o ministro húngaro das Relações Exteriores. “Uma resposta comum da União Europeia a este desafio da imigração é muito demorada, e a Hungria não pode esperar. Temos que agir”, justificou o ministro.

Disponível em: [www.portugues.rfi.fr](http://www.portugues.rfi.fr). Acesso em: 19 jun. 2015 (adaptado).

### Texto II

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) critica as manifestações de xenofobia adotadas pelo governo da Hungria. O país foi invadido por cartazes nos quais o chefe do executivo insta os imigrantes a respeitarem as leis e a não “roubarem” os empregos dos húngaros. Para o ACNUR, a medida é surpreendente, pois a xenofobia costuma ser instigada por pequenos grupos radicais e não pelo próprio governo do país.

Disponível em: <http://pt.euronews.com>. Acesso em: 19 jun. 2015 (adaptado).

O posicionamento governamental citado nos textos é criticado pelo ACNUR por ser considerado um caminho para o(a)

- alteração do regime político.
- fragilização da supremacia nacional.
- expansão dos domínios geográficos.
- cerceamento da liberdade de expressão.
- fortalecimento das práticas de discriminação.

2. (Ufu 2021) “Apenas uma característica, associada à experiência brasileira, ressalta como uma singularidade: o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o “presidencialismo imperial”, organiza o Executivo com base em grandes coalizões. [...] Fica evidente que a distinção se faz fundamentalmente entre um “presidencialismo imperial”, baseado na independência entre os poderes, se não na hegemonia do Executivo, e que organiza o ministério com amplas coalizões, e um presidencialismo “mitigado” pelo controle parlamentar sobre o gabinete e que também constitui este gabinete, eventual ou frequentemente, através de grandes coalizões. O Brasil retorna ao conjunto das nações democráticas, sendo o único caso de presidencialismo de coalizão.”

ABRANCHES, S., 1988. *Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro*. Dados, 31(1), pp.5-34.

De acordo com o texto, é correto afirmar que o presidencialismo de coalizão é caracterizado pelo(a)

- imposição da agenda política do Poder Executivo ao Poder Legislativo por meio de um sistema bipartidário.
- enfraquecimento do Poder Legislativo, e a consequente diminuição da capacidade de controle sobre os atos do Poder Executivo.
- relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, estabelecida por compromissos partidários e com lideranças regionais.
- formação de um bloco parlamentar com unidade ideológica e programática, mediada por troca de favores.

3. (Famerp 2019) O presidente americano, Donald Trump, anunciou em 08.05.2018 algo que há meses vinha ameaçando fazer: os Estados Unidos vão sair do acordo nuclear firmado em 2015 com o Irã. Logo após o anúncio, Trump assinou uma ordem presidencial para impor novas sanções econômicas ao país do Oriente Médio. ([www.nexojournal.com.br](http://www.nexojournal.com.br). Adaptado.)

Para o Irã, uma consequência da saída dos Estados Unidos do acordo nuclear de 2015 é:

- a aproximação com o Estado de Israel.
- a instabilidade política interna.
- o aumento de investimentos estrangeiros.
- a redução do seu desenvolvimento econômico.
- o aumento da exploração de petróleo

4. (Enem 2017) Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 27 abr. 2017.

A persistência das reivindicações relativas à aplicação desse preceito normativo tem em vista a vinculação histórica fundamental entre

- etnia e miscigenação racial.
- sociedade e igualdade jurídica.
- espaço e sobrevivência cultural.
- progresso e educação ambiental.
- bem-estar e modernização econômica.

5. (Uerj 2022) O dia 6 de janeiro de 2021 entrou para a história. O Congresso dos Estados Unidos, a maior democracia do mundo, foi invadido. Manifestantes forçaram a passagem até que os policiais do Capitólio não deram conta de segurar a multidão. Nos corredores, o confronto acontecia. A polícia usou bombas de gás lacrimogêneo; houve luta corporal. Do lado de fora, a escadaria também foi tomada por apoiadores de Donald Trump, com bandeiras dos Estados

Unidos e de apoio ao presidente derrotado nas eleições. Horas depois de o Capitólio ser invadido, Trump divulgou um vídeo repetindo que as eleições foram roubadas e pediu para que seus eleitores deixassem o prédio. Milhares de pessoas marcharam pela capital americana entoando frases que o presidente tem repetido, sem apresentar provas: “Parem com o roubo! A eleição foi roubada”.

NÚRIA SALDANHA

Adaptado de [cnnbrasil.com.br](http://cnnbrasil.com.br), 07/01/2021.

O episódio descrito na reportagem causou perplexidade mundial, por ter acontecido em uma das mais antigas democracias do mundo.

Ao longo das últimas décadas na sociedade estadunidense, ocorreu a seguinte transformação fundamental para a compreensão desse episódio:

- crescimento da polarização política
- esgotamento do regime republicano
- enfraquecimento do poder judiciário
- incremento da fragmentação partidária

**Gabário 1: E.** Os dois textos expressão a questão do preconceito e da xenofobia, que são práticas discriminatórias. **2:C.** A frase "o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o "presidencialismo imperial", organiza o Executivo com base em grandes coalizões" aponta para a questão das alianças e coalizões, ou seja, compromissos partidários (entre partidos) como aponta a alternativa correta. As outras alternativas são eliminadas com a leitura atenta do texto. O texto ressalta que o sistema é multipartidário (não bipartidário) e que há controle parlamentar sobre o Executivo; **3: [D]** A alternativa [D] está correta porque com a ruptura do acordo nuclear de 2015 leva à manutenção de sanções econômicas que afetam o desenvolvimento econômico do Irã. As alternativas incorretas são: [A], porque o Irã não é aliado de Israel; [B], porque o governo iraniano tem estabilidade política; [C], porque a tendência é a redução de investimentos estrangeiros; [E], porque a tendência é a redução da demanda do petróleo iraniano em razão de novas sanções; **4: C.** O artigo citado na questão pertence à Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã. Tal Constituição trazia uma legislação específica sobre os indígenas, garantido a eles a posse das terras que já ocupavam e a defesa da preservação de sua cultura. O artigo da Constituição é claro na relação entre os direitos dos povos indígenas de manterem suas tradições e a necessidade de deterem a posse de suas terras. De fato, a persistência de uma cultura está intimamente relacionada com o território que seus membros ocupam. **5: A.** A alternativa correta é [A], porque o evento descrito é mais um episódio de confronto entre os neoconservadores – regidos pelo sentimento antiglobalista, nacionalista, racista e negacionista climático e embasados pela política trumpista "American First" – e os multiculturalistas. As alternativas incorretas são: [B] e [C], porque as instituições republicanas e o sistema judiciário continuam sendo referência para o Estado; [D], porque não ocorreu fragmentação partidária, haja vista a presença dos partidos Democrata e Republicano.